



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 72/2015-UFGA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E  
ARQUITETO E URBANISTA

16 de agosto de 2015

Nome: \_\_\_\_\_ N.º de Inscrição: \_\_\_\_\_

BOLETIM DE QUESTÕES

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



**MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

**Na pobreza e na riqueza**  
**Crenças e preconceitos baseiam associações como**  
**“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”**

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu  
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de  
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a  
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a  
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor  
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do  
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-  
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem  
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi  
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a  
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a  
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá  
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que  
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões  
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a  
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,  
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos  
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal  
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que  
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são  
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,  
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas  
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os  
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem  
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo  
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
  - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
  - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
  - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
  - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
  - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
  - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
  - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
  - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
  - (B) a Lázaro.
  - (C) a Abraão.
  - (D) ao homem pobre.
  - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
  - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
  - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
  - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
  - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
  - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
  - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
  - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
  - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra *passo* significa
- (A) movimento.
  - (B) resolução.
  - (C) pensamento.
  - (D) medida.
  - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
  - (B) geralmente.
  - (C) certamente.
  - (D) meramente.
  - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
  - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
  - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
  - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
  - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
  - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
  - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
  - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
  - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

## LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
  - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
  - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
  - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
  - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
  - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
  - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
  - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFES; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
  - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.





- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
  - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
  - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
  - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
  - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
  - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
  - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
  - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
  - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
  - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
  - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
  - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
  - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
  - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
  - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
  - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
  - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
  - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
  - (C) aventar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
  - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
  - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
  - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
  - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
  - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
  - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
  - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
  - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
  - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
  - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
  - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
  - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
  - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
  - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 Leia o texto 1 abaixo.

### “Texto 1”

Para avaliar as possíveis alternativas de desenhos de paisagem, é importante se colocar perante uma planta com curvas de nível. Dependendo da escala do traçado, trabalha-se desde as grandes escalas (com curvas distanciadas) às relativamente pequenas, como, por exemplo, 1:1.000 com curvas próximas (metro a metro). Em declividades de menos de 1% as curvas têm que ser de 0,50cm em 0,50 m ou até 0,20cm em 0,20m.

(Mascaró, J. L. et al, *Infraestrutura da paisagem*. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008. p. 50-51).

Com base no texto acima, é correto afirmar:

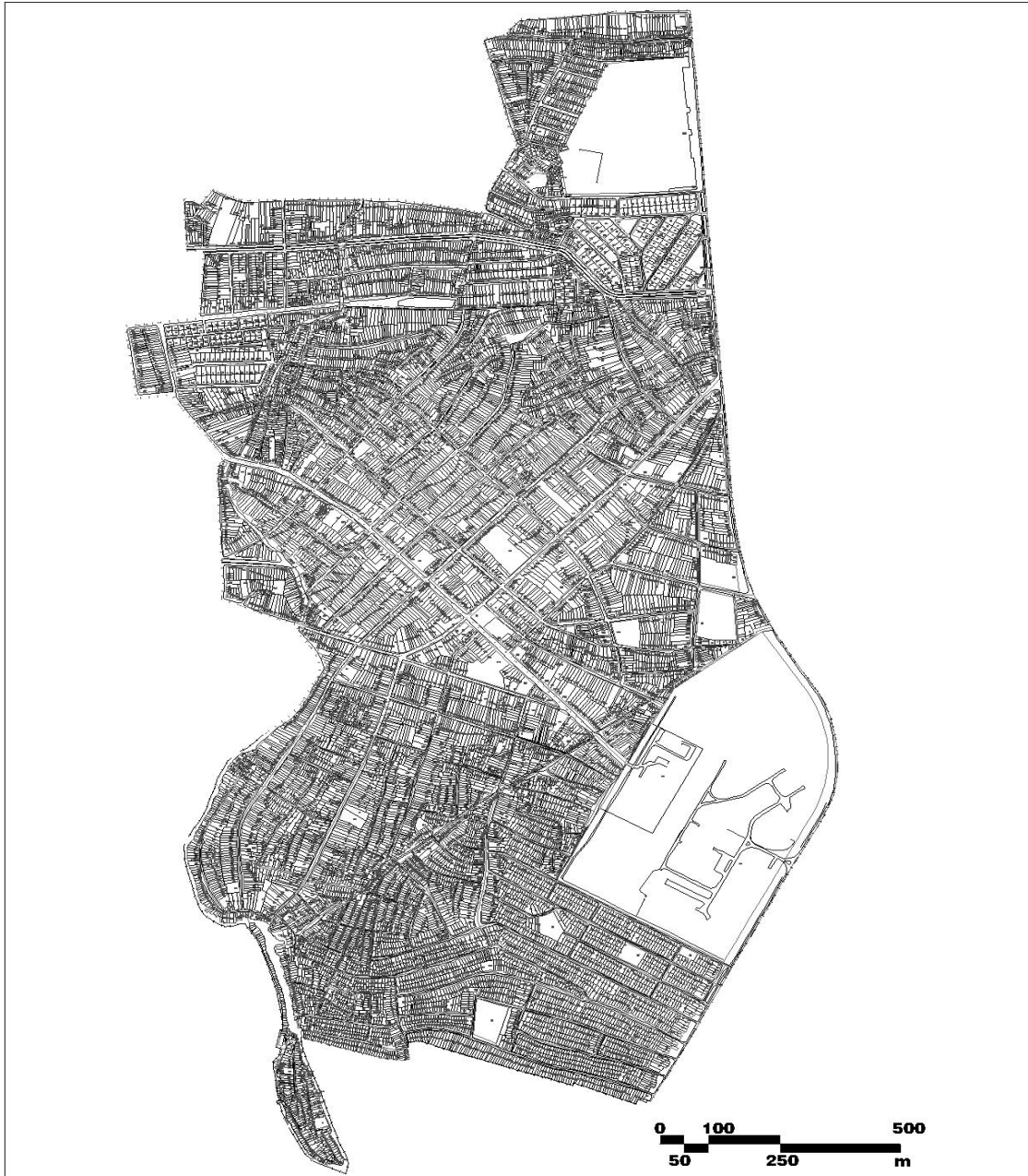
- (A) Dentre as informações oriundas da planta de curvas de nível, o escoamento pluviométrico se constitui em subsídio para a localização de espaços livres e de áreas de estacionamento.
- (B) A utilização de plantas com curvas de nível para a locação de edificações em terrenos com declividades altas, as curvas de nível serão importantes para a localização dos acessos em detrimento do sistema viário existente.
- (C) A utilização de plantas com curvas de nível se torna aplicável em situações em que as declividades de terrenos acidentados não são informadas pelos levantamentos topográficos.
- (D) A planta com curva de nível é menos importante, na medida em que nas cotas acentuadas (mais de 20%) o ideal é utilizar-se de plantas com curvas de nível distanciadas pelo menos de 0,50 m em 0,50 m.
- (E) Não há necessidade de indicação da cota altimétrica das curvas de nível em plantas que apresentem curvas traçadas com intervalo de 5 m em 5 m.





22 Analise o mapa do *Cadastro de Lotes* do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), disposto em orientação cartográfica (Figura 1). Considere parâmetros de avaliação e projeto urbanísticos, relacionando morfologia de ocupação, custos potenciais de infraestrutura e eficiência de mobilidade do traçado.

**Figura 1:** Mapa da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), referente ao bairro da Terra Firme/Montese, com escala gráfica em metros.



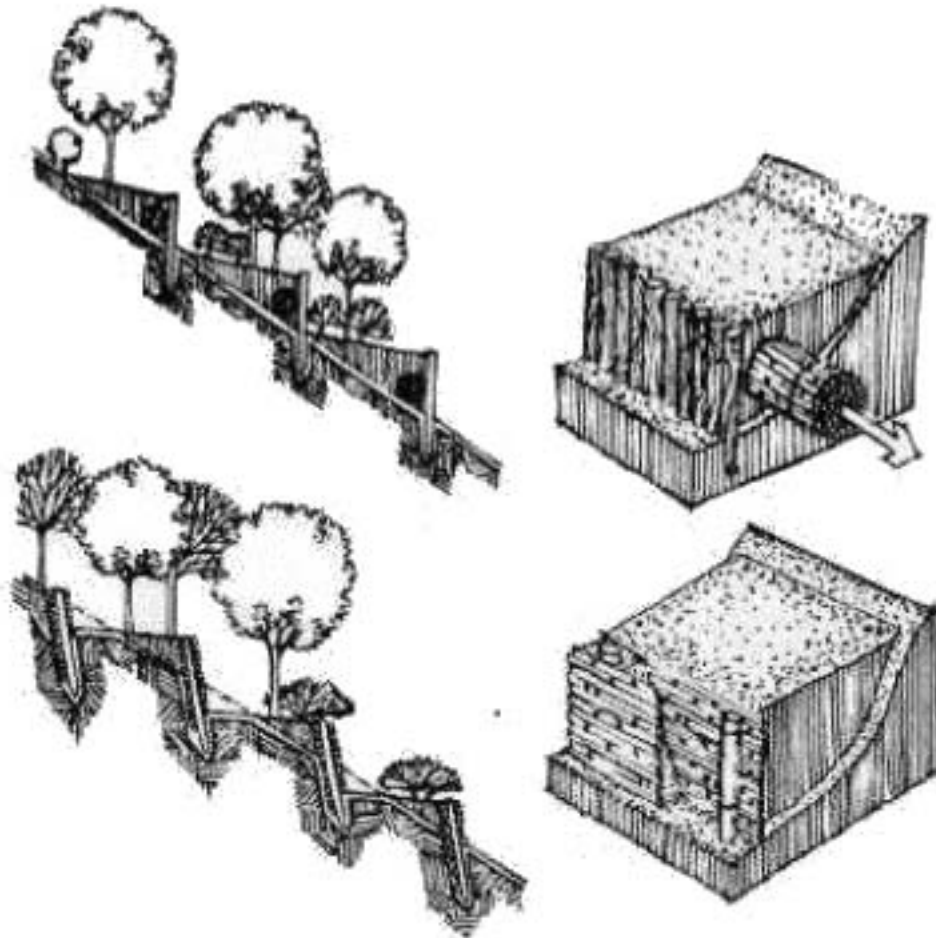
Fonte: CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém; Prefeitura Municipal de Belém).  
CTM (Cadastro técnico multifinalitário). Belém: Prefeitura Municipal, 2003. CD-ROM.

Com base na figura acima, é correto afirmar:

- (A) Áreas de proporção de quadras acentuadas, como no exemplo, em 1:7, na relação transversal/longitudinal, representam deseconomia no traçado e implantação de infraestrutura.
- (B) Contemporaneamente, minimizam-se remanejamentos, aumenta-se a permeabilidade do solo, controlam-se e planejam-se as densidades já altas de bairros com assentamentos precários.
- (C) Nota-se frequência de quadras de comprimento na faixa de 250 m, o que é desaconselhável urbanisticamente, por dificultar o deslocamento a pé e criar retenção de tráfego viário.
- (D) A Terra Firme e os seus assentamentos precários devem ser objeto de remanejamento, de modo a reassentar moradores em áreas de cotas mais elevadas, acima dos seus 4,0 m predominantes.
- (E) Traçados orgânicos, curvilíneos, não-racionalizados e rudimentares, adaptados ao sítio, devem ser retificados e substituídos majoritariamente por sistema viário de hierarquia e caixas de via maiores.

23 A Figura 2, extraída do livro *Vegetação urbana*, de Lúcia Mascaró (2005), representa a aplicação de vegetação e madeira como tecnologia de recuperação ambiental, paisagismo e proteção de encostas e taludes.

**Figura 2:** Uso de vegetação e madeira como técnica de proteção de encostas



Fonte: MASCARÓ, Lúcia; MASCARÓ, Juan. *Vegetação urbana*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; FINEP, 2005. p. 94.

Considerando o paisagismo como recuperação ambiental, tendência crescente no mundo desde os anos 1980, é correto afirmar:

- (A) O plantio de árvores, no primeiro exemplo da figura, representa risco para a estabilidade mecânica de um talude, mesmo no caso de emprego de espécies arbóreas de pequeno porte. O mais adequado é o plantio de arbustivas e gramíneas com sistema radicular (raízes) capilarizado.
- (B) Conforme as hachuras, e em acordo com as Normas Técnicas Brasileiras vigentes, estes níveis de estabilização de encostas são aterrados com “terra vermelha”, tecnicamente chamada de *laterita*, com fertilidade razoável e capacidade de absorção de água desejável em clima quente e úmido.
- (C) No segundo exemplo da figura, há plantio de arbóreas e arbustivas em terraças superiores da encosta; a técnica prevê que no topo do talude haja esforços mecânicos com maior risco de ruptura, e por isso o estaqueamento em madeira trabalha mecanicamente no sentido oposto ao declive.
- (D) A implantação de árvores tem como função primordial a estabilização mecânica das terraças; eventualmente, árvores vivas poderiam inclusive ser substituídas por troncos ou postes de iluminação, pois a função mecânica da haste vertical é o efeito a ser obtido, combinado aos demais elementos.
- (E) Recomendam-se técnicas que associem a vegetação à coesão mecânica do solo e à percolação natural da água. Estacas teriam função de estabilização das terraças, enquanto o sistema radicular criaria uma rede de proteção nas massas de terra. O escalonamento dissipa a energia do escoamento superficial.

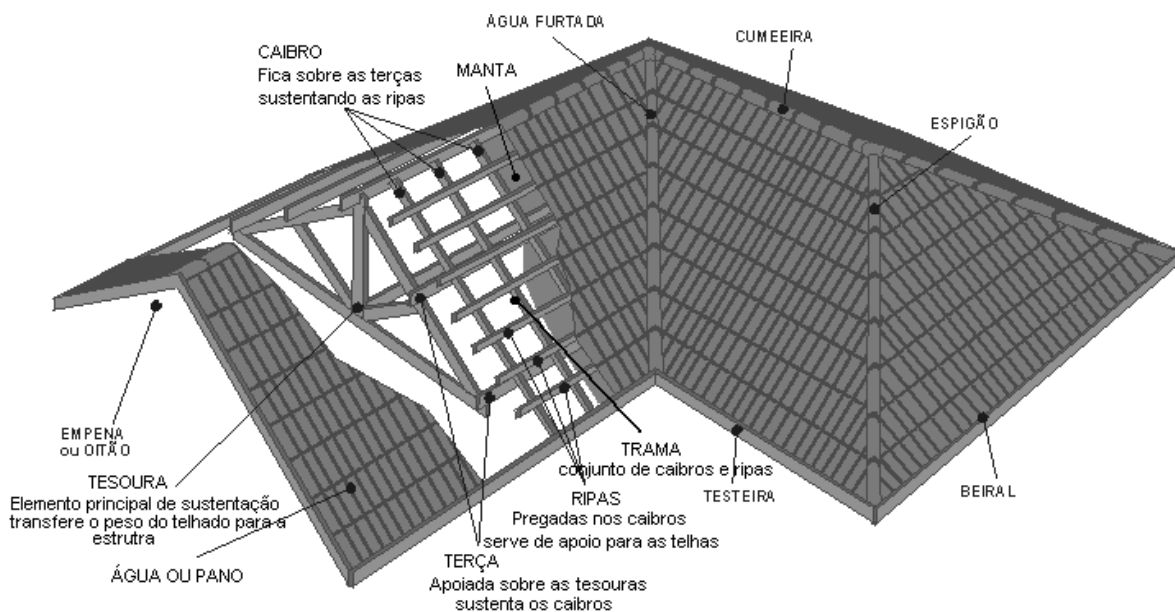
24 Para edificação em tipologia com pavimento térreo e pavimento superior, com 100 m<sup>2</sup> de área de piso por pavimento, com estrutura em concreto armado convencional, são indicados os seguintes parâmetros de pré-dimensionamento estrutural, conforme custo e emprego de materiais, padrões brasileiros e dimensões usuais de largura de seção de elementos estruturais:

- (A) Vãos em torno de 6,0 m; pilares de seção .15 m x .25 m; vigas de seção .15 m x .30 m.
- (B) Vãos em torno de 4,0 m; pilares de seção .20 m x .25 m; vigas de seção .20 m x .45 m.
- (C) Vãos em torno de 5,5 m; pilares de seção .15 m x .25 m; vigas de seção .15 m x .25 m.
- (D) Vãos em torno de 5,0 m; pilares de seção .20 m x .45 m; vigas de seção .20 m x .40 m.
- (E) Vãos em torno de 6,0 m; pilares de seção .25 m x .25 m; vigas de seção .25 m x .25 m.

25 Observe o esquema de cobertura em telhas de barro e estrutura em madeira a seguir.

Tenha como base o clima quente e úmido do Norte do Brasil.

**Figura 3:** Esquema gráfico de cobertura em telhas cerâmicas e estrutura em madeira, com nomenclatura de elementos.



Fonte: FK. Madeiras para telhados Comércio LTDA. São Paulo: FK Comércio, 2015. Disponível em: [http://www.fkct.com.br/madeira\\_para\\_telhado.html](http://www.fkct.com.br/madeira_para_telhado.html). Acesso em: 05 jun. 2015.

Nesse esquema, os principais elementos estruturais e de cobertura são identificados. Com base nas funções estruturais, de vedação e drenagem de tais elementos, é correto afirmar:

- (A) A linha, peça horizontal da tesoura, tem função estrutural com clara predominância de esforços de tração, além da condução dos esforços dos demais elementos da tesoura.
- (B) A ancoragem entre ripas e caibros só é eficaz com o uso de pregos/parafusos e arames metálicos, para grampear telhas e manter a distância adequada entre caibros.
- (C) O dimensionamento de calhas de drenagem deste tipo de cobertura prevê, para uma profundidade industrial, usual, largura com 20% do comprimento da água a ser drenada.
- (D) É fundamental a instalação de uma tesoura na empena, de modo a, embutindo-a parcialmente na alvenaria, conter os esforços terminais do sistema estrutural da cobertura.
- (E) Este sistema, tradicional, vem sendo modernizado com uso de parafusos substituindo completamente a fixação com pregos; cortes e emendas sempre a 45°.





- 26 Considerando a impermeabilização, com materiais atuais, de lajes em concreto armado, é correto afirmar.
- (A) Em lajes com recortes, como vigas invertidas e vãos, não é necessária a impermeabilização de juntas de dilatação, uma vez que estas costumam estar situadas nestas dobras e recortes, ser rejuntadas com material impermeável e permitir drenagem eficiente.
  - (B) Lajes protendidas não costumam ser impermeabilizadas com materiais dotados de elasticidade, pois a protensão, ao criar um estado prévio de tensionamento das ferragens antes da concretagem da laje, produz superfícies de forma estável, impermeabilizadas rigidamente.
  - (C) Mantas e demais técnicas de impermeabilização devem observar, simultaneamente, critérios de isolamento térmico e proteção mecânica, para evitar transmissão de calor, deformação da própria superfície impermeabilizante e perda de suas propriedades físico-químicas.
  - (D) As dimensões da laje de concreto não se constituem, usualmente, como um condicionante para a opção da técnica de impermeabilização; o material influencia mais decisivamente na escolha de projeto, e este, sendo adequado, promove estanqueidade em toda a superfície.
  - (E) Algum nível de deformação da superfície material impermeabilizante pode ser tolerável em ensaios técnicos e mesmo na aplicação do produto em obra civil, não excedendo o limite de 20% da espessura da camada, mas demandando cura acelerada do concreto com aditivos.
- 27 Sobre os instrumentos urbanísticos, com base nos seus índices quantitativos e efeitos sobre a morfologia urbana e suas consequências socioeconômicas, é correto afirmar:
- (A) São estimativos, não havendo técnica confiável para cálculo no tempo presente e, ao mesmo tempo, na perspectiva futura; a taxa de ocupação se revela um índice particularmente válido para conter a especulação imobiliária, ao controlar o nível de adensamento do solo.
  - (B) Coeficientes ou índices de aproveitamento do solo são parâmetros quantitativos que representam a medida de ocupação territorial superficial da terra urbana e, portanto, têm papel decisivo no cálculo de variáveis ambientais, como a permeabilidade urbana e a ventilação das cidades.
  - (C) Têm precisão datada de dez anos corridos, na forma da lei; devem prever densidades entre baixa e moderada, preservando a qualidade de vida das ocupações urbanas, evitando a precariedade da moradia; a forma de ocupação edilícia segue a forma da malha de lotes.
  - (D) O controle da seção de ocupação transversal é um parâmetro que não deve ser aplicado simultaneamente à taxa de ocupação do solo, pois causaria redundância de controle urbanístico, ao regular praticamente duas vezes a forma da edificação, o que seria irregular.
  - (E) A taxa de ocupação associada ao coeficiente de aproveitamento concilia permeabilidade de solo, possibilidade de circulação de ar e controle indireto da densidade demográfica, se os índices observarem modelo de ocupação próximo daquele praticado na zona.
- 28 O conceito de hierarquia na composição arquitetônica é tratado por Reis (2002). Segundo o autor, “a hierarquia facilita a compreensão de composições complexas. Estruturas organizadas hierarquicamente geralmente produzem um grau mais alto de valor estético do que estruturas não organizadas hierarquicamente, as quais tendem a resultar em aparências mais monótonas.”
- (Reis, A. T. **Repertório, Análise e Síntese**: uma introdução ao projeto arquitetônico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 44).
- Com base no texto acima, é correto afirmar que a(as)
- (A) inserção de edificações novas em tecidos urbanos pré-existentes constituir-se-á em composições hierárquicas desde que os prédios novos sejam mimetizados com os elementos construtivos das edificações pré-existentes.
  - (B) hierarquia é um conceito de composição arquitetônica que se aplica com o objetivo de demarcar um acesso desde que seja mantida a unidade do conjunto.
  - (C) coberturas formando volumes ocasionando quebra de ritmo de casario não se constituem na aplicação do conceito de hierarquia, uma vez que ficam fora do alcance visual.
  - (D) hierarquia é aplicada por meio de diferenciação volumétrica, nunca com o tratamento diferenciado em fachadas.
  - (E) hierarquia, enquanto conceito formal, é aplicada com a utilização de um único elemento arquitetônico; o uso de múltiplos elementos ocasionará a perda de valor estético.





- 29 A realização de licitações para a contratação da construção de prédios públicos, em acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demanda a elaboração de um projeto básico. Em relação aos seus componentes e características, é correto afirmar que o projeto básico exigido por lei
- (A) consiste de peças gráficas a nível de estudo preliminar cotado, contendo todas as especificações e detalhes construtivos necessários para a contratação posterior do projeto executivo, este objeto de uma licitação específica.
  - (B) é formado pelo delineamento estrutural da edificação, plantas de forma, orçamento e especificações necessárias para a contratação dos projetos complementares de instalações, sendo tais projetos objetos de licitações específicas.
  - (C) antecede o projeto executivo e constitui-se em item obrigatório para a realização de licitações de obras públicas; as definições nele contidas deverão ser seguidas pelo projeto executivo, necessariamente objeto da mesma licitação.
  - (D) é composto de plantas baixas, cortes, elevações com especificações técnicas necessárias para o certame licitatório que obrigatoriamente é feito em duas etapas, a primeira destinada à definição da rubrica orçamentária e a segunda para a contratação do projeto executivo.
  - (E) é organizado pela firma construtora em atendimento ao programa de necessidades formalizado pela instituição contratante mediante estudo preliminar elaborado por arquitetos da instituição.
- 30 Conforme a Lei Federal nº 8.666/1993, constitui-se componente obrigatório do Projeto Básico:
- (A) Especificação de recursos orçamentários de custeio para a construção de equipamentos públicos.
  - (B) Justificativa técnica para identificação de reformulações projetuais quando da instalação do canteiro de obras.
  - (C) Informações que possam definir a constituição do canteiro de obras por se tratar de componente da gestão da obra.
  - (D) Quantitativo percentual de área a ser desenvolvida em nível de projeto executivo em detrimento das soluções técnicas globais e localizadas.
  - (E) Orçamento detalhado do custo dos projetos complementares da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.
- 31 As compras feitas pelos órgãos da Administração Pública, conforme a Lei Federal 8.666/1993, devem, sempre que possível,
- (A) ser subdivididas, visando a atender os itens constantes no sistema de registro de preços.
  - (B) atender ao princípio da padronização, desde que não comprometa as condições de manutenção e assistência técnica.
  - (C) distinguir-se de preços praticados por outros órgãos e entidades da Administração Pública.
  - (D) ser unificadas, visando à garantia da economicidade precedida por ampla pesquisa de mercado.
  - (E) diferenciar-se das condições de aquisição e pagamento efetivadas ao setor privado em função do que for definido no sistema de registro de preços.
- 32 Segundo a NBR 13.531/1995, o programa de necessidades na elaboração de projetos de edificações é a “etapa destinada à determinação das exigências de caráter ou de desempenho (necessidades e expectativas dos usuários) a serem satisfeitas pela edificação a ser concebida” (ABNT, 1995, p. 4). Em se tratando de edificações acadêmicas dos programas de necessidades para projetos de edificações da Universidade Federal do Pará, é correto afirmar que estes devem necessariamente apresentar o(s) seguinte(s) elemento(s):
- (A) Padrão construtivo a ser estabelecido pela tecnologia de concreto armado e pré-moldados, dimensionado em módulos e que siga a linguagem arquitetônica pré-existente.
  - (B) Descrição de atividades a serem desenvolvidas no interior da edificação, especificando as exigências de instalações hidráulicas e elétricas necessárias para essas atividades; quantificação de áreas necessárias para o desempenho de atividades-fim ou atividades-meio ligadas ao ensino, pesquisa e extensão.
  - (C) Fonte de recursos para que o projeto seja delineado a partir de um orçamento pré-estabelecido em detrimento de especificações referentes às atividades acadêmicas a serem desempenhadas, uma vez que a padronização construtiva já é estabelecida em cadernos de encargos aprovados pela Administração Superior da Universidade.
  - (D) Listagem de ambientes necessários para o desempenho das atividades previstas para serem realizadas no interior da edificação, incluindo o número de futuros usuários, tendo como referência os valores já estabelecidos em normas ministeriais referentes aos percentuais aluno/professor nas universidades brasileiras.
  - (E) Requisitos de conforto ambiental estabelecido em função das atividades laboratoriais ou de ensino em acordo com o número máximo de usuários por turno de atividade acadêmica e o orçamento previsto para a construção da edificação.

33 Observe a Figura abaixo.

**Figura 4:** Imagem aérea da Cidade Universitária, UFPA, Belém-Pará.



Fonte: <http://sintema.org.br/sintema/wp-content/uploads/2013/08/universidadePA1.jpg>. acesso em 05/06/2015.

A escolha de espécies vegetais para compor projetos de paisagismo em terrenos planos deve levar em consideração os requisitos especificados pelos programas de necessidades e aspectos como clima, recursos financeiros para manutenção, incluindo podas, limpeza e replantio. No que se refere ao atendimento de requisitos especificados pelo programa de necessidade de um projeto de paisagismo no campus do Guamá da UFPA a ser implantado no entorno da orla do Rio Guamá, conforme a Figura 4, é correto afirmar que a(as)

- (A) escolha de espécies de média altura será capaz de garantir visuais ao longo dos passeios em direção ao rio, desde que não tenham cores contrastantes com a paisagem natural do local.
- (B) forrações para os interstícios não edificados deverão ser feitas com espécies resistentes aos altos índices pluviométricos da região, visando a evitar o replantio em períodos de estiagem.
- (C) composição de canteiros isolados deverá ser feita com espécies exóticas à região, como forma de garantir a integração visual do projeto.
- (D) instalação de mobiliário urbano, tal como floreiras, será feita elevada do solo, preferencialmente em locais não pavimentados.
- (E) escolha de árvores de grande porte será adequada para a obtenção de sombreamento que, em conjunto com vegetação de médio porte, pode atenuar a propagação do som.

34 Os cadernos de encargos são desenvolvidos por projetistas, visando à homogeneização e à integração dos projetos arquitetônicos e complementares, tais como de estruturas, instalações hidrossanitárias e elétricas. Para que sejam perfeitamente compatíveis com os demais projetos, é necessário que os cadernos de encargos

- (A) reúnam os elementos quantitativos e qualitativos para a elaboração de um orçamento correto, complementando as peças gráficas e contendo quantidade e disposição dos elementos construtivos.
- (B) de uma construção, ao se destinarem à execução pormenorizada dos componentes construtivos de projetos específicos, não contenham diretrizes de serviços a serem executados por contratados no caso de equipamentos e outros elementos industrializados.
- (C) tragam especificações gerais de espessuras para membranas e outros quantitativos a serem empregados pelos fabricantes de materiais de construção utilizados em larga escala pela indústria da construção civil.
- (D) de uma determinada construção sejam constituídos pelo detalhamento e opções de soluções para serem empregados nas obras públicas.
- (E) possam ser substituídos por plantas detalhadas e quantitativos constantes de orçamentos nos casos em que os projetos sejam objeto de licitações públicas.



35 O texto da Carta de Burra do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios de 1980 estabelece:

Art 2º O objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem; ela deve implicar medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação.

Art 3º A conservação se baseia no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente.

[...]

Art 13 A restauração só pode ser efetivada se existirem dados suficientes que testemunhem um estado anterior da substância do bem e se o restabelecimento desse estado conduzir a uma valorização da significação cultural do referido bem. Nenhuma empreitada de restauração deve ser empreendida sem a certeza de existirem recursos necessários para isso.

[...]

Art. 17 A reconstrução deve ser efetivada quando constituir condição sine qua non de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida.

Cury, Isabelle (organizadora). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Brasília: Edições do Patrimônio, 2004. p. 248-250).

Tendo como referência os conceitos de conservação, restauração e reconstrução da Carta de Burra, é correto afirmar que a

- (A) existência de ruínas em meio a novas construções se justifica pelo conceito de reconstrução, uma vez que a substância do bem estabelece uma significação perdida.
- (B) conservação de fachadas em edificações cujo interior não seja original se justifica pela necessidade de conservação, uma vez que a segurança do entorno é um requisito básico.
- (C) restauração de um bem, ao necessitar de dados suficientes para o projeto de intervenção, deve prescindir de registros fotográficos, uma vez que não possuem rigor geométrico para o projeto.
- (D) reconstrução de um imóvel localizado no entorno de bens tombados representa uma medida de caráter urbanístico sem repercussões para a manutenção da substância dos demais bens conservados e restaurados.
- (E) reconstituição do interior de bens imóveis por meio de ações de reconstrução representa uma complementação para garantia da salvaguarda do valor histórico do tecido urbano.

36 A desorganização do subsolo urbano decorrente da instalação de vários sistemas de infraestrutura se constitui em um problema de gestão urbana com consequências graves. Em 2014, houve a explosão de gás em calçadas da cidade do Rio de Janeiro devido a vazamentos na rede. Em espaços menores, como um *campus* universitário, ocorrem problemas quando não há o registro das intervenções nos espaços. Uma forma de prevenir tais ocorrências em *campus* universitário seria o(a)

- (A) instituição de planos diretores capazes de prever a compatibilidade de redes de infraestrutura com a localização de edificações.
- (B) aplicação de normas de posturas para os espaços de uso coletivo no *campus*.
- (C) isolamento das redes infraestruturais ao longo dos espaços onde são instalados os passeios entre as edificações.
- (D) execução de levantamentos *as built* das edificações e dos espaços públicos, atualizando periodicamente o plano diretor do *campus*.
- (E) observância de coeficientes de ocupação para a locação de edificações, conforme o previsto no plano diretor do *campus*.

37 A Arquitetura e Urbanismo relaciona conhecimentos técnicos, artísticos e científicos em sua atividade. Neste conteúdo, itens de repertório, como soluções funcionais, plásticas e dimensões mínimas e ideais, são indispensáveis. Com base no pré-dimensionamento arquitetônico e na ergonomia, é correto afirmar:

- (A) Uma unidade de passagem, largura de corredor ou vão mínimo necessário para a passagem de um ser humano médio, no Brasil, é de 0,80 m.
- (B) A profundidade mínima de um patamar de escada em “U” é de 1,50 m.
- (C) A altura de peitoril de janela considerada segura em ambiente de permanência prolongada, como quartos, é de 1,50 m para adultos e crianças.
- (D) Uma bancada para atividade de trabalho em que o profissional deva ficar sentado tem altura de 1,10 m.
- (E) Pés-direitos mínimos têm dimensão de 2,40 m, se internos, e 2,20 m, em sacadas, balcões, varandas e demais ambientes abertos ao exterior.



- 38 Nos termos das normas técnicas brasileiras vigentes sobre procedimentos de pintura em edificações não-industriais, como a NBR 13.245/1995, é correto afirmar:
- (A) Condições climáticas como a umidade relativa do ar e a temperatura ambiente não influenciam significativamente a qualidade e a durabilidade da pintura predial, à exceção de temperaturas extremas, na faixa de 50° C, ou umidades acima de 90%.
  - (B) No caso de camada de pintura sobre pintura antiga, após assepsia com uso de água sanitária, a aplicação de substrato preparador, como massa corrida, apropriada para o tipo de tinta a aplicar, normaliza a superfície e corrige rugosidades e falhas.
  - (C) No caso de pintura de substratos metálicos, deve haver lavagem com solução de aguarrás diluída, desbastamento de superfície com lixa, secagem com estopa ou tecido macio e aplicação direta da tinta apropriada sobre a superfície tratada.
  - (D) A superfície a ser pintada deve receber assepsia, estar livre de gorduras e partículas soltas, estar seca, abrigada da insolação direta, não ser composta de reboco ainda fresco ou substrato semelhante, sendo livre de calcinação, bolhas e irregularidade.
  - (E) Trincas e fissuras superficiais devem ser reparadas com a aplicação de niveladores impermeáveis, como massa corrida, inclusive em superfícies de reboco à base de cimento, pois tais materiais possuem permeabilidade semelhante e durabilidade.
- 39 No Urbanismo, tendo como base situações de análise ou projeto, além de contextos históricos e socioeconômicos específicos, diz-se que as dimensões de elementos morfológicos são passíveis de análise. Neste sentido, considerando densidade urbana moderada, no padrão metropolitano brasileiro, é correto afirmar:
- (A) Quadras com faces em torno de 80 m de comprimento representam faixa ideal para a urbanização brasileira, por favorecerem esquinas próximas e, portanto, um sistema viário favorável ao pedestre.
  - (B) Lotes de proporções 1:3, na razão entre testada e profundidade, estão em faixa considerada econômica para o padrão nacional; com parâmetro técnico para testadas mais largas e lotes mais rasos.
  - (C) Um sistema viário de caixas de via claramente hierarquizadas, com vias locais de caixa 20,00 m, e coletoras de caixa 35,00 m, associa desenho urbano econômico, compacto e de dimensões mínimas.
  - (D) Um desenho urbano que vincule macro e microparcelamento, e projeto viário; quadras de dimensões 300 m x 150 m, com vias de caixa 18 m e 25 m, com densidade controlada, é um desenho eficiente.
  - (E) As caixas de via devem acompanhar, proporcionalmente, as dimensões de quadra; para quadras de 600 m x 450 m, por exemplo, o sistema viário deve ter caixas de via em torno de 60 m a 75 m.
- 40 Em um sistema viário, dentre várias medidas, o projetista deve observar, para a circulação adequada de veículos, os raios de curvatura e de entroncamento. Para a conversão, a mudança de direção; para o cruzamento, ele deve atentar para a interseção de vias. Considerando estes raios, é correto afirmar:
- (A) Em cruzamento de vias locais, recomenda-se raio mínimo de 5,00 m.
  - (B) Em cruzamento de vias coletoras, recomenda-se raio mínimo de 9,00 m.
  - (C) Em cruzamento de vias arteriais, recomenda-se raio mínimo de 15,00 m.
  - (D) Em cruzamento de coletoras e arteriais, recomenda-se raio mínimo de 12,00 m.
  - (E) Em cruzamento de arteriais e locais, recomenda-se raio mínimo de 12,00 m.
- 41 Com base no clima do Estado do Pará, a respeito do projeto de Arquitetura, é correto afirmar:
- (A) Em Belém-PA, as aberturas na altura de janela devem favorecer a circulação de ar nos sentidos Nordeste e Sul, de onde migram frentes frias no segundo semestre do ano.
  - (B) Em clima quente e úmido, não é desejável a previsão de aberturas de iluminação ou circulação de ar no sentido zenital, devido às intensas chuvas e, portanto, danos ao edifício.
  - (C) A orientação de aberturas de entrada e saída no quadrante Nordeste é indicada para favorecer a circulação de ar em Belém-PA, em todos os níveis, incluindo o sentido Leste.
  - (D) O uso de beiral é recomendado na região, sobretudo até a inclinação de 30° em relação à orientação vertical, de sol a pino, garantindo proteção de fachadas até as 16 h.
  - (E) Pés-direitos altos em edificações só possuirão adequado desempenho bioclimático, e saída de calor por convecção, com aberturas zenitais, orientadas no quadrante Nordeste.





- 4.2 Considerando a acústica de ambientes, a respeito do projeto de Arquitetura, é correto afirmar:
- (A) Em auditórios devem ser especificados materiais absorventes, indicando no salão da audiência e no palco, onde se situa a fonte sonora; materiais como madeira, tecidos, vinil e acrílico.
  - (B) Em salas de aula retangulares, a proporção entre largura e profundidade deve ser mais acentuada; no mínimo 1:2, para propagação de som sem reverberação no ambiente.
  - (C) Pés-direitos de grandes alturas, superiores a 4,00 m, apresentam bons desempenhos acústicos, em caso de especificação de forros metálicos planos em placas.
  - (D) A propagação do som é prejudicada por aberturas laterais à posição da fonte sonora, razão pela qual o projeto ideal de sala de aula deve prever janelas nos fundos do ambiente.
  - (E) O ambiente da sala de aula permite adequada propagação do som caso empregue materiais absorventes em planos verticais e horizontais e dimensões em proporção 1:1,5.
- 4.3 Constituem-se em critérios para a elaboração de projetos de Arquitetura os usos a que se destinam os compartimentos das edificações, comumente classificados em compartimentos de permanência prolongada e compartimentos de permanência transitória. Considerando os espaços acadêmicos e as exigências projetuais, é correto afirmar:
- (A) Os compartimentos de permanência prolongada, tais como salas de aula, devem ter pé-direito com dimensão inferior ao pé-direito de compartimentos de permanência transitória, devido à necessidade de troca térmica com maior frequência.
  - (B) Todos os compartimentos de permanência prolongada e banheiros devem dispor de vãos para iluminação e ventilação abrindo para o exterior, visando ao aproveitamento da capacidade de esterilização natural da luz solar sobre o ar.
  - (C) Os compartimentos de permanência transitória, tais como corredores, circulações e halls de acesso, necessitam ser localizados na porção norte da edificação, em se tratando da necessidade de proteção térmica em Belém (01° 27' 21" S e 48° 30' 16" W).
  - (D) A função de iluminação e ventilação de varandas, terraços e alpendres aplica-se a ambientes de permanência transitória com funções distintas de seu uso em ambientes de permanência prolongada.
  - (E) A ventilação indireta ou a utilização de soluções mecânicas são mais apropriadas nos ambientes de permanência transitória devido às dimensões reduzidas daqueles ambientes e ao baixo custo de manutenção.
- 4.4 Considere as Figuras 5 e 6 a seguir.

**Figura 5 (Documento 1):** Logo de Museu em SP



Fonte: <http://www.base7.com.br/portfolio/ver/72>.

**Figura 6 (Documento 2):** Logo do Museu da Casa Brasileira



Fonte: <http://www.mcb.org.br/pt-BR/programacao/especial/comunicacao-visual>.

Assinale a alternativa correta acerca dos recursos compositivos utilizados em cada um dos documentos.

- (A) Documento 1: Proporção; Documento 2: Variação tipográfica.
- (B) Documento 1: Perspectiva; Documento 2: Hierarquia.
- (C) Documento 1: Equilíbrio; Documento 2: Singularidade.
- (D) Documento 1: Simetria; Documento 2: Sequencialidade.
- (E) Documento 1: Assimetria; Documento 2: Proporção.



45 Considere o texto abaixo.

**“Texto 2”**

Os primeiros códigos de programação do sistema Archicad foram inseridos em uma calculadora com 64 kb de RAM, na Hungria, em 1982. A intenção era criar um programa 3D para elaboração do projeto de uma nova usina nuclear, e certificar que não haveria problemas na execução - atrelado ao bloco comunista, o país não poderia recorrer aos capitalistas. Com o desenvolvimento do programa, que não demandava alta capacidade de processamento, a Graphisoft, empresa responsável pela criação do sistema, passou a atender os arquitetos, público ignorado pelos *softwares* que exigiam computadores poderosos e investimentos altos. A introdução da computação na arquitetura ocorreu nos anos oitenta, revolucionando o processo de criação, projeto e até mesmo a concepção de espaço. Outro passo significativo foi a integração da tecnologia BIM (*Building Information Modeling*) ao programa Archicad.

Fonte: <http://piniweb.pini.com.br/construcao/arquitetura/bim-esta-mudando-a-maneira-de-projetar-no-mundo-inteiro-93523-1.aspx>.

A utilização de recursos computacionais na elaboração de projetos de arquitetura tem sido difundida à medida que aumentam, por um lado, as exigências de rapidez e precisão na consecução de projetos e, por outro, a disponibilização de recursos computacionais, tais como processadores mais velozes e programas mais dedicados. Quanto ao assunto, é correto afirmar:

- (A) Os softwares conhecidos como BIM (*Building Information Modeling*) atualizam a utilização de softwares CAD (*Computer Aided Design*) pela capacidade de integração de projetos, especificações e orçamentação.
- (B) Os softwares conhecidos como BIM (*Building Information Modeling*) contrapõem-se à utilização de softwares CAD (*Computer Aided Design*) pela capacidade de integração de projetos, especificações e orçamentação.
- (C) Os softwares de CAD (*Computer Aided Design*) são aplicados no desenvolvimento de projetos executivos em detrimento ao uso de softwares conhecidos como BIM (*Building Information Modeling*) pela capacidade de renderização possibilitada pela composição em três dimensões.
- (D) Os softwares conhecidos como BIM (*Building Information Modeling*) são complementares à utilização de softwares de CAD (*Computer Aided Design*) pela capacidade de produzir maquetes eletrônicas com detalhes construtivos especificados.
- (E) Os softwares de CAD (*Computer Aided Design*) são utilizados em conjunto com softwares conhecidos como BIM (*Building Information Modeling*) na definição de projetos estruturais complexos pela capacidade destes últimos em detalhar estruturas espaciais.

46 Observe a Figura abaixo.

**Figura 7:** Hachuras que indicam materiais construtivos



Fonte: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 6.492, Representação de projetos de Arquitetura. 27 f. Rio de Janeiro: ABNT, abr. 1994.

O desenho técnico de projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo possui normalização no Brasil, bem como em vários países do mundo, além de normalizações internacionais. A normalização das representações gráficas é fundamental para a comunicação visual clara, padronização de linguagem e para a possível circulação de projetos. Com base na Figura 7 das hachuras acima, é correto afirmar que elas se referem, respectivamente, aos seguintes materiais construtivos:

- (A) Concreto em vista; concreto em corte; mármore em corte; aço em corte.
- (B) Areia em corte; madeira em vista; madeira em corte; sisal em vista.
- (C) Concreto em corte; concreto em vista; madeira em vista; aterro.
- (D) Argamassa em corte; argamassa em vista; mármore em corte; lâ de vidro.
- (E) Marmorite; gesso acartonado; mármore em corte; vime em vista.



- 47 Sobre as características a serem observadas e analisadas para o desenvolvimento de projetos de postos de trabalho sob a perspectiva da ergonomia aplicada ao trabalho, é correto afirmar:
- (A) Cada posto de trabalho deve ser observado separadamente, de modo que cada ciclo de trabalho seja projetado conforme as exigências necessárias para que a realização de cada tipo de trabalho seja viabilizada, sem que haja dependências entre eles.
  - (B) A análise do alcance motor deve se concentrar na capacidade de realizar as tarefas necessárias, de modo que o trabalhador precise se deslocar do posto de trabalho o menos possível.
  - (C) É necessário observar as características de abrangência do posto de trabalho, uma vez que este não deve se estender por diversas áreas de atuação, devendo ser integralmente realizadas naquele posto de trabalho.
  - (D) O projeto deve ser adaptado ao desenvolvimento de movimentos homomórficos, em que a direção e o sentido dos movimentos corporais são independentes dos elementos a serem controlados no posto de trabalho.
  - (E) São critérios de adequação de um posto de trabalho o tempo gasto na operação, a postura e os esforços físicos exigidos, sendo possível determinar os principais pontos de concentração de tensões, que tendem a provocar dores e desconforto.
- 48 A NR 17 define os cuidados a serem tomados com equipamentos utilizados no processamento eletrônico de dados com terminais de vídeo. Quanto aos cuidados que se deve ter nos projetos de postos de trabalho e seu mobiliário, é correto afirmar:
- (A) A tela, o teclado e o suporte para documentos devem ser colocados de maneira que as distâncias olho-tela, olho-teclado e olho-documento sejam pensadas de forma independente, pois dependem da altura do usuário do posto de trabalho.
  - (B) No caso de equipamentos de processamento eletrônico de dados com terminais de vídeo utilizados eventualmente, aplicam-se as mesmas exigências previstas de ergonomia do trabalho aplicáveis aos casos de utilização habitual e permanente.
  - (C) As condições de mobilidade devem ser suficientes para permitir o ajuste da tela do equipamento à iluminação do ambiente, protegendo-a contra reflexos, e proporcionar corretos ângulos de visibilidade ao trabalhador.
  - (D) Para a realização de atividades que incluam a leitura, deve ser fornecido suporte adequado para documentos que possa ser ajustado, proporcionando boa postura, visualização e operação, de modo que possibilite a movimentação frequente do pescoço e o alcance visual.
  - (E) Será aceita superfície regulável única para teclado e monitor quando este for dotado de regulagem independente de, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) centímetros no plano vertical, em relação ao piso do ambiente.
- 49 Considerando-se os componentes de elaboração de um projeto arquitetônico, é correto afirmar que os(as)
- (A) cortes gerais e/ou parciais devem definir detalhadamente, no plano vertical, a compartimentação interna da obra e a configuração arquitetônica da cobertura, indicando a designação, localização, inter-relacionamento e dimensionamento (alturas e níveis acabados e/ou em osso) de cada pavimento separadamente, representando a estrutura, alvenarias (em osso ou acabados), tetos rebaixados, forros, enchimentos e etc.
  - (B) fachadas devem definir detalhadamente a configuração externa da obra, indicando todos os seus elementos, representando a estrutura, alvenarias, revestimentos externos e esquadrias, mas que podem ser detalhados separadamente em outras plantas, sem necessidade de sua indicação.
  - (C) plantas de piso devem definir detalhadamente a paginação de pavimentos e pisos elevados, indicando todos os seus elementos, juntamente com a definição da estrutura (pilares), alvenarias e elementos dos projetos complementares e instalações (tomadas de piso e raios, por exemplo).
  - (D) plantas baixas devem definir detalhadamente, no plano horizontal, a compartimentação interna da obra, indicando a designação, localização, inter-relacionamento e dimensionamento (cotas e níveis acabados e/ou em osso) de todos os pavimentos, ambientes, circulações, acessos e vãos (em especial, de esquadrias).
  - (E) especificações do projeto devem ser definidas detalhadamente, o que inclui todos os materiais, acabamentos e normas para a execução de serviços necessários à execução da obra, sendo apresentadas juntamente com as plantas que compõem o projeto.



50 Para climatização de ambiente em Belém-PA, de dimensões 10,00 m x 20,00 m, com pé-direito 3,00 m, com aberturas em altura de janela a Norte e a Leste, usado para ensino e pesquisa, cujo mobiliário de escritório contém estações de trabalho, cadeiras, mesa de reunião, bancada de trabalho, 25 computadores e estantes de livros, prevendo ocupação em torno de 50 pessoas simultaneamente, a potência de ar-condicionado, em BTUs (*British Thermal Units*), deve ser de

- (A) 105.000
- (B) 110.000
- (C) 120.000
- (D) 165.000
- (E) 200.000